

2

R

L

R

A

R

Ana Vaz Milheiro DINÂMICA 'CET-IUL, ISCTE-IUL,
PORTUGAL

Optimistic Suburbia, building an heritage¹





1. Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda
(foto: Isabel Guerra, 2014)

O projecto de investigação “Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau” financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia (2013–2015) tem como foco principal os modelos residenciais que construíram a periferia das cidades de matriz portuguesa, a partir da década de 1960, na perspectiva das classes médias na Europa, na África colonial e na China, às portas do *handover* de Macau. O enfoque é a produção de habitação massificada de promoção privada. Um dos objectivos passa por sinalizar alguns dos esquemas urbanos, arquitectónicos e residenciais que constituíram os principais modelos que foram sendo replicados pelos diferentes territórios urbanos, e que formam à época o chamado “Império Português”. O arco temporal vai até meados da década de 1980, atravessando um momento chave da história portuguesa: a revolução de Abril de 1974, acontecimento político com fortes repercussões na contemporaneidade destas três regiões e que marca o final da ditadura do Estado Novo em Portugal, e o início dos processos de descolonização. A sua influência repercute-se em alterações muito significativas, sofridas pelas diferentes sociedades que compõem as três cidades analisadas. No caso português, Lisboa recebe, depois de 1975, contingentes populacionais oriundos das antigas colónias africanas estimados em cerca 138.016 indivíduos. Em Luanda, o espaço urbano e o parque habitacional, anteriormente ocupados pela sociedade colonial, são agora habitados pelas populações locais. A guerra civil, que se segue à independência, perdurando até 2002, conduziu igualmente a um aumento populacional de 600.000 habitantes, em 1974, para 2.500.000, em 2000. Os censos de 2014 apontam para uma população de 6.542.944. Em Macau, a concessão do jogo em 1961 reflecte-se em fluxos migratórios do continente chinês progressivamente mais intensos, criando um défice de alojamento para vagas populacionais que beneficiam das novas actividades económicas (lazer e turismo). Em 1999, data da criação da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), a população atinge os 430.500 habitantes, dos quais 23.621 são estrangeiros com visto de residência.

Os três casos de estudo analisados – Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda, Urbanização da Portela, Bloco de Habitações para Realojamento promovido pela Sociedade de Turismo e Diversão de Macau (STDM) – foram seleccionados tendo em consideração o seu significado patrimonial, urbano e arquitectónico, e a influência que cada um deles tem na construção de um modelo com capacidade de reprodução. Este último factor verifica-se com a concretização nestas cidades de novos projectos portadores de qualidades semelhantes. Face ao contexto urbano inicial, são conjuntos habitacionais de grande escala e densidade populacional. Ostentam um desenho urbano e uma arquitectura qualificada pouco usual nas promoções privadas da época. Os arquitectos, Fernão Lopes Simões de Carvalho, Fernando Silva e Manuel Vicente, acumulando percursos profissionais muito diferenciados, partilham contudo uma vasta experiência na articulação entre o poder público e os promotores privados,

decorrente da realização anterior de projectos no domínio de obras públicas e particulares. Os três são já responsáveis pela elaboração de importantes estruturas residenciais nestas mesmas cidades, onde, aliás, trabalham habitualmente. Reflectindo diferentes gerações e formações académicas, os projectos retratam também entendimentos distintos da cidade e do problema do alojamento, como as análises desenvolvidas pelos investigadores do projecto de investigação têm procurado demonstrar. O contexto de produção de cada um destes conjuntos revela, ainda, as condições de trabalho vividas no período colonial na Europa, em África e na Ásia.

Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda

Em Luanda, o plano urbanístico da Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda foi traçado no âmbito do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal da cidade, entre 1961 e 1963. A capital angolana vivia então um forte crescimento populacional, consequência da guerra colonial (1961) e dos incentivos à colonização europeia por parte do governo central, tendo passado de 224.540 habitantes, nos anos que antecedem a guerra, para 475.328 em 1970 (Amaral, 1978). Verificava-se um aumento de cerca de 210% por década. O gabinete fora impulsionado pela presença em Angola do arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho que se especializara em urbanismo no Instituto de Urbanismo na Sorbonne, durante uma estadia de quatro anos em Paris. Nessa cidade, Simões de Carvalho estagiara com André Wogenscky, estrutura satélite do atelier de Le Corbusier. Essa permanência iria permitir ao jovem arquitecto português, formado em Lisboa em 1955, grande proximidade com as práticas urbanas e com as soluções habitacionais exercitadas pelo mestre franco-suíço, aprendizagem que teria reflexos nas estruturas residenciais desenvolvidas em Angola, sozinho ou em parceria, em pleno período colonial.

O urbanismo do Bairro Prenda, desenhado em co-autoria com Luiz Taquelim da Cruz, inseria-se numa estratégia de expansão da cidade para sul, traçada pelo próprio Simões de Carvalho ao serviço da Câmara Municipal de Luanda. Pretendia-se incentivar os promotores privados a trocarem os direitos de construção em altura, nos lotes de que eram proprietários na baixa da cidade, por licenças de construção em terrenos municipais das áreas suburbanas, com maior potencial de densificação. A Câmara comprometia-se a fornecer os planos urbanos parcelares e a arquitectura ficava a cargo das encomendas dos privados. A cada promotor, ou grupo de promotores, caberia a contratação de arquitectos que, partindo dos planos urbanos, concebessem os projectos arquitectónicos. Excepcionalmente, Simões de Carvalho aceitaria integrar a equipa projectista da arquitectura do Prenda, composta também por José Pinto da Cunha e Fernando Augusto Pereira. O seu objectivo era demonstrar como deveria a cidade crescer, consolidando a arquitectura moderna como imagem das novas áreas residenciais (Fiúza e Milheiro, 2015).



2. Mapa de Luanda com localização da Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda, segundo Amaral, 1968 (redesenho: alunos 4º ano MIA ISCTE-IUL)



3. Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda em construção (Arquivo FLSC)

A nova Unidade de Vizinhança concebida entre 1963 e 1965 seria constituída por 28 blocos e torres (foram apenas concretizados 20 edifícios, tendo sido iniciada a construção de três, nunca concluídos), num total de 1.150 apartamentos ocupando uma área de 30 hectares, para uma população estimada em 3.300 habitantes. Oito dos edifícios concretizados seriam-no já sem a intervenção desta equipa, com alterações visíveis na qualidade arquitectónica (Venâncio, 2013). Apenas as estruturas residenciais foram edificadas e todo o programa de equipamentos acabaria por ser abandonado, com a excepção dos edifícios escolares, alguns implantados em lugares distintos dos inicialmente previstos. A construção do Prenda terminou com o processo de independência angolana, em 1975. Durante o período colonial, a população de origem europeia e “assimilada” tinha sucessivamente ocupado o bairro, à medida que blocos e torres iam sendo concluídos. A maioria dessa população regressou a Portugal após 1976, deixando os apartamentos vagos. Actualmente, o bairro é densamente povoado e os estudos sobre os actuais residentes trouxeram novos dados sobre a história da ocupação deste conjunto na época pós-colonial, designadamente com a realização de entrevistas a moradores, coordenadas pela socióloga Isabel Guerra. Verificou-se uma ocupação compacta dos blocos construídos, com posse de áreas colectivas como a transformação em quartos dos núcleos de elevadores ou a construção de *mezzaninos* (pisos intermédios) aproveitando pés-direitos mais elevados. Os casos sinalizados reflectem usos criativos que indiciam situações limite de sobrevivência face à actual carência de alojamento na cidade. Neste contexto muito particular, as questões patrimoniais decorrentes da linguagem moderna do bairro são remetidas para um plano secundário, mediante a utilização intensiva das estruturas existentes. Maioritariamente, a população inquirida parece identificar a presença do bairro na cidade como consequência da homogeneidade dos aspectos formais que caracterizam a sua arquitectura, mas principalmente pela sua proximidade ao centro histórico. O inquérito realizado no âmbito do projecto, e analisado por Isabel Guerra, permite constatar que se trata de um bairro rejuvenescido, constituído por uma população estudantil considerável (25,6% declaram-se estudantes e 8,3% trabalhadores estudantes), factor que se reflecte em habilitações académicas acima da média angolana (39% dos habitantes frequentam ou concluíram uma formação universitária).

Através da investigação em curso, foi ainda possível identificar cerca de 14 planos realizados pelo Gabinete de Urbanização de Luanda (Gama, 2013). Alguns destes planos tiveram desenvolvimentos idênticos ao Prenda, ainda que nenhum tenha chegado a um grau de concretização tão completo. A missão realizada em Novembro de 2014, pelas investigadoras Ana Vaz Milheiro e Filipa Fiúza permitiu iniciar o processo de identificação e levantamento destes bairros que comprovam o Prenda como modelo. Hoje, blocos e torres modernistas, raramente com a qualidade do seu desenho, são visíveis na região

S

sul e sudoeste da capital angolana. Entretanto, a cidade informal – o musseque – foi-se fortalecendo, rodeando estes edifícios que tinham a ambição de alterar a periferia de Luanda colonial. No bairro Prenda, o musseque é extremamente presente, fruto da sua condição preexistente ao traçado moderno. Apesar disso, é possível indicar o bairro como um modelo desejado para a cidade colonial na construção das suas novas fronteiras entre 1961 e a independência do país.

R

No desenho do bairro luandense sente-se claramente a formação francesa de Simões de Carvalho. A organização do conjunto parte da leitura da Carta de Atenas, no entanto prefere tornar os seus pressupostos mais humanizados ao propor um desenho solto, com a introdução de serviços e equipamentos numa estrutura fluída. Os edifícios residenciais organizam-se em pracetas – caso dos blocos de sete pisos – ou em elementos mais isolados na paisagem, como nas torres. Todos assentavam sobre pilotis, libertando o térreo à deambulação e a actividades de lazer. A implantação descrita pressupunha já uma orientação em relação à estrutura familiar, privilegiando famílias mais tradicionais e numerosas nos primeiros e destinando as últimas a solteiros e casais sem filhos. Na base da decisão estava uma visão alavancada em raciocínios sociológicos e na criação de ambientes urbanos mais propícios à sociabilização em contraste com o anonimato normalmente associado à construção em altura.

L

As questões sociológicas, provavelmente inspiradas nas teses de Robert Auzelle, que Simões de Carvalho cita assiduamente, resultaram dos diferentes inquéritos às actividades e à população que o arquitecto exigiu que se realizassem como processo de preparação para a execução dos diferentes planos urbanos parcelares que a sua equipa desenvolveu na Câmara Municipal de Luanda. Estes inquéritos estiveram na base da organização da cidade em bairros e unidades de vizinhança, servidos por diferentes escalas de equipamentos. O caso do Prenda, trazia ainda a novidade da miscigenação racial, através da manutenção de bolsas de terreno para autoconstrução, numa cidade em que, no período colonial, dois terços da população era africana. Idealmente, o Prenda deveria ter sido um bairro racial e economicamente inclusivo, ao prever a presença de uma população mais desfavorecida no seu interior. Esta população pobre e normalmente de origem africana, afastada dos bairros coloniais planeados, deveria iniciar o seu processo de miscigenação, com a sociedade europeia e assimilada, nos equipamentos de proximidade, designadamente nas escolas primárias, consideradas pelo arquitecto como programas inclusivos. Embora o Prenda conserve até hoje uma forte unidade urbanística, decorrente de uma organização espacial clara e de um desenho arquitectónico facilmente identificável com o movimento brutalista internacional, que tem forte repercussão nos trópicos portugueses da segunda metade da década de 1960, o seu traçado é suficientemente permeável a outras presenças, designadamente ao musseque, que se consolida no período pós-colonial, alterando parte das características formais anteriores.

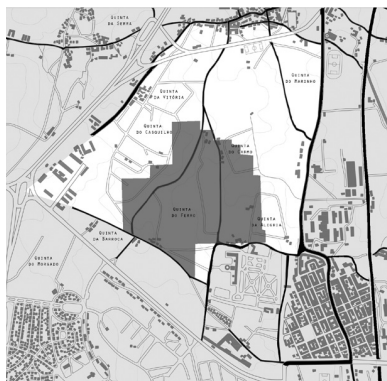
R

A

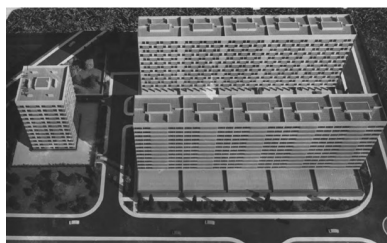
R



4. Unidade de Vizinhança n.º1 do Bairro Prenda
(foto: Ana Vaz Milheiro, 2014)



5. Localização da Urbanização da Portela com sobreposição do conjunto de quintas preexistentes (redesenho: alunos 4º ano MIA ISCTE-IUL)



6. Maqueta da torre e blocos da Urbanização da Portela (Arquivo CMLoures)

Urbanização da Portela

Processo idêntico foi delineado com a Urbanização da Portela, também na década de 1960. A falta de oferta de habitação qualificada para a classe média no centro de Lisboa ditou a ocupação da periferia, onde se insere o novo bairro. Algumas condições acabariam por reforçar a expansão da cidade na direcção da Portela: a norte, o Plano Director da Região de Lisboa de 1964 (Ferreira, 2012), que definia um novo sistema rodoviário, capaz de servir novos pólos residenciais, assim como a desvalorização contínua das actividades rurais nesta região; e, a sul, o rio Tejo que funcionava como uma barreira natural e cuja travessia só se resolveu em 1966 com a construção da actual ponte 25 de Abril. Antigos territórios rurais casos das quintas da Vitória, Casquilho, Ferro, Carmo e Alegria, na Freguesia de Sacavém, seriam adquiridos em fases distintas para a construção do futuro bairro da Portela. Aqui, a iniciativa, tanto das aquisições iniciais, como do desenho e da construção, foi totalmente privada. Para além do estabelecido nas estratégias metropolitanas, não existiu qualquer participação pública (Ferreira, 2012). A nova urbanização da Portela destinava-se a um total de cerca de 18.500 habitantes. O plano abrangia 50 hectares, e previa 196 lotes destinados a construção e 4.503 apartamentos (foram construídos 199 lotes). A cidade de Lisboa tinha então cerca de 802.250 habitantes, enquanto o distrito albergava no total 1.382.959 indivíduos.

Como experiência anterior, Fernando Silva trouxe para a Urbanização da Portela uma importante produção de habitação para as classes médias altas em lotes integrados na cidade tradicional (Félix, 2010; Félix in Milheiro, coord., 2015). Na Portela, contudo, tratava-se de construir uma nova urbanidade, inspirada nos modelos que iam povoando as cidades europeias já em fase tardia de reconstrução do pós-guerra. Apoiava-se em experiências como a das *New Towns* inglesas, que os portugueses começaram a estudar na década anterior e que conheciam das publicações internacionais que chegavam a Portugal. Um levantamento dos projectos urbanos produzidos internacionalmente e editados nas revistas *Arquitectura* e *Binário*, entre 1955 e 1977, permitiu igualmente traçar um primeiro conjunto de influências reforçando a existência de redes de informação privilegiada a que os portugueses iam recorrendo (Prudêncio et al in Milheiro, coord., 2015).

O processo da Portela foi apanhado pela revolução de 1974. O período pós-revolucionário caracterizou-se por alterações legislativas que se repercutiram em uma maior independência do poder municipal e menor capacidade de decisão técnica, designadamente dos arquitectos. No processo, os promotores privados adquiriram capacidade de negociação junto das autarquias. Estas alterações legislativas acabariam por enfraquecer a posição de Fernando Silva, levando ao abandono de alguns dos princípios urbanos e também construtivos/tecnológicos que informavam o projecto primitivo. No entanto, a Urbanização da Portela manteve-se como uma importante

R

referência para outros promotores que começavam a operar na região periférica da cidade. Antecipando ainda o lançamento do projecto de investigação, o investigador Bruno Macedo Ferreira apontou cerca de 30 casos decorrentes do plano da Portela, reforçando a sua importância na criação de uma imagem muito marcante para a periferia (Ferreira, 2010). Essa imagem reflectia-se, não apenas no carácter centralizado do plano, mas na própria arquitectura de expressão abstracta e pragmática. Alguns destes projectos foram igualmente desenvolvidos por Fernando Silva que acabaria por impor um padrão para a classe média residente nos subúrbios lisboetas. Mas a maioria foi, na verdade, concebida por outros arquitectos e engenheiros, não atingindo a qualidade que, apesar da crítica especializada ao carácter homogéneo, monótono e burocrático da Portela, assinala genericamente o trabalho de Fernando Silva.

R

Não existe na Portela qualquer permeabilidade à envolvente, que é aliás relativamente anónima, constituída por estruturas fabris, militares (caso do Regimento de Artilharia de Lisboa, ou RALIS), e religiosas (seminário dos Olivais), com elevado potencial segregador. A opção por um plano centralizado de serviços e equipamentos reflecte exactamente as dificuldades em encontrar elementos de referência fora do bairro, que acaba por funcionar como uma unidade homogénea na paisagem da periferia. Este aspecto seria retomado pelos bairros construídos posteriormente. Na Portela, os blocos horizontais e torres mantêm como referência entre os 10 e 13 pisos e implantam-se sobre plataformas de nível idealmente à mesma cota, aparentemente independentes da topografia do terreno. A existência excepcional, na área sudeste do plano, de uma cércea inferior, decorreu da proximidade do seminário que, por razões de privacidade, conseguiu impor condicionantes ao plano urbano de Fernando Silva. Como consequência, esta área contraria a forte densidade populacional que estava na origem do desenho.

L

R

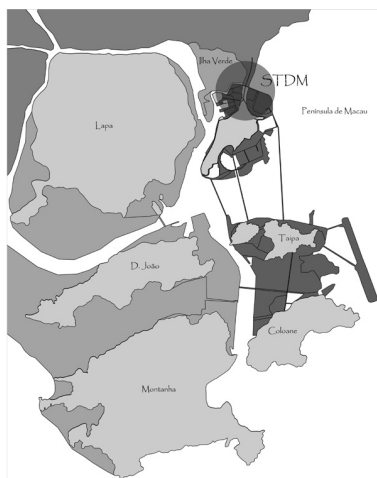
A

R

O carácter abstracto dos edifícios, filiado numa arquitectura de Estilo Internacional já em declínio na época, não distingue as especificidades das funções interiores. Recorre-se a um revestimento exterior homogéneo (em pastilha) disseminado por todo o conjunto. O recurso a vãos de forte predominância horizontal e a paleta pastel das cores empregues em listas contínuas seriam soluções igualmente retomadas em outras concretizações. Tratava-se de encontrar um padrão análogo para a classe média, propósito claramente alcançado. Uma tecnologia inovadora – sistema de cofragem em túnel – iria assegurar simultaneamente a eficiência económica da construção e a homogeneidade arquitectónica do conjunto. A aplicação do sistema foi inviabilizada pelo posterior parcelamento dos lotes, vendidos por Manuel da Mota, o promotor inicial, a 134 privados. A estudante de arquitectura Isadora Miguel, com a supervisão da socióloga Sandra Marques Pereira, identificou 104 variantes às seis tipologias residenciais iniciais (Miguel, 2014), também uma consequência do processo de



7. Urbanização da Portela de Sacavém
(foto: João Cardim, 2014)



8. Mapa de Macau com evolução dos aterros e localização do conjunto STDM (redesenho: alunos 4º ano MIA ISCTE-IUL)

parcelamento. Originalmente, o plano urbano previa a inclusão de um sistema hierarquizado de vias de circulação inspirado no modelo corbusiano, que foi sendo progressivamente simplificado nas diversas revisões. Vias pedonais elevadas, opção provavelmente influenciada pela crescente presença de bibliografia anglo-saxónica nos escritórios portugueses da época, assegurava a ligação à estrutura comercial que na verdade funcionava como um centro cívico capaz de aglutinar os equipamentos de proximidade, como escolas, instalações desportivas, igreja, jardins, etc. (Coelho, 2010). Estas soluções seriam igualmente abandonadas.

O inquérito aos actuais residentes da Portela, realizado no âmbito do projecto de investigação, permitiu identificar o principal período de ocupação do bairro, entre 1975 e 1976, assim como propor uma caracterização para a população inicial, categorizada como “pioneira” e constituída, em cerca de um terço, por antigos habitantes das ex-colónias africanas portuguesas. Este facto acabaria por repercutir-se nas vivências internas, e no grau de satisfação que os habitantes promovem da sua experiência em residir na Portela. A consciência do valor patrimonial do conjunto e da sua arquitectura exprime-se positivamente quando cerca de 80% dos inquiridos afirma gostar do edifício, valor que sobe para 85% em relação à “urbanização”.

Conjunto promovido pela Sociedade de Turismo e Diversão de Macau

No final da década de 1970, época do projecto do conjunto STDM, Macau tinha cerca de 250.000 habitantes. A sua construção funcionava como uma das contrapartidas pelo monopólio do jogo ganho no início dos anos de 1960 pela Sociedade de Turismo e Diversão de Macau, dirigida pelo empresário Stanley Ho. A experiência anterior de Manuel Vicente em programas de realojamento no território, idênticos ao objectivo inicial do STDM, remontava ao projecto assinado com Natália Pereira Gomes em 1963 de 90 unidades. Em 1975, participaria nas Operações SAAL, em Lisboa, reforçando a sua prática em programas habitacionais (Figueira, 2015). O período em que se dão estas experiências aproximam o STDM das questões conceptuais abordadas nos bairros da Portela e do Prenda, embora destinando-se a uma população distinta, de diferentes recursos económicos e condição social. O edifício localizava-se no antigo istmo Ferreira do Amaral, no extremo norte da península, junto à China continental, e próximo do posto fronteiriço das Portas do Cerco (Fernandes, 2014). Conjugava as duas tipologias habitacionais que construíram Macau contemporâneo desde os anos de 1960: o bloco horizontal, com galeria de distribuição e células residenciais implantadas em bateria; e a torre, com fogos agregados em torno do núcleo vertical de circulação. O projecto inicial do conjunto da Rua Ouvidor Arriaga, desenhado em 1979, retomaria as mesmas tipologias residenciais. Ainda que em menor dimensão, e com apenas 86 unidades, destinava-se a alojar a classe média,

S

comprovando como Manuel Vicente reutilizava e readaptava as suas próprias propostas aos diferentes perfis sociais. O conjunto construído actualmente corresponde, contudo, a uma alteração do projecto inicial, facto que reflecte os obstáculos colocados pelos promotores privados a propostas habitacionais mais "experimentais", como eram as concretizadas sob encomenda pública.

R

A escala do STDM, composto por dois blocos horizontais compactos de 11 pisos implantados em cunha, e rematado por uma torre, de 26 andares, é aparentemente mais modesta que a de outras unidades residenciais vizinhas, concretizadas posteriormente. O edifício está dividido em três núcleos (A, B e C) e é destinado a 625 famílias em regime de realojamento temporário, facto que justificava a elementaridade programática dos fogos face a outros exemplos do mesmo arquitecto. Levantamentos elaborados no âmbito do projecto de investigação permitiram uma primeira aproximação à diversidade de soluções trabalhadas por Manuel Vicente em Macau entre 1976 e 1987 (Teixeira et al in Milheiro, coord., 2015). No STDM foram manipuladas nove variações. Na mais elementar, a varanda servia como espaço de transição entre o compartimento (simultaneamente sala e quarto) e a instalação sanitária. A realização futura de inquéritos à população, que o projecto pretende ainda efectuar, irá permitir traçar o actual perfil dos habitantes. Em 1994 o regime de propriedade foi alterado para propriedade horizontal, possibilitando o arrendamento e a compra dos fogos. Este facto reflectiu-se através de obras de renovação e alteração dos seus interiores, cuja maior condicionante é a área mínima da maioria das habitações. Obras de melhoramento das habitações foram já verificadas em missão no local pelos investigadores Hugo Coelho, Jorge Figueira e Ana Vaz Milheiro.

L

O conjunto STDM foi pioneiro no processo de verticalização da fronteira com a China continental, redesenhando o *skyline* da cidade neste ponto geográfico fulcral. É neste sentido que constrói e redefine uma nova periferia urbana, relativamente ao núcleo histórico primitivo localizado mais a sul na península, fornecendo uma referência visual clara, quer pelo desenho quer pela densidade, junto à fronteira. É também importante o seu carácter precursor na fixação de novas formas e estruturas urbanas, através da arcada comercial no piso térreo e do desenho do gaveto. Estes elementos arquitectónicos foram depois retomados em outras obras do mesmo autor. Integram também projectos de arquitectos como Vicente Bravo, responsável, com Manuel Vicente, pela consolidação de alguns modelos tipológicos de apartamentos ainda hoje replicados ao longo da malha quadrilátera da cidade, em consolidação progressiva.

R

Manuel Vicente introduziu aqui temas da cidade tradicional ao articular a construção em altura, típica de um contexto de periferia, com uma frente urbana contínua e com uma arcada comercial, de cerca de 50 lojas, libertando o piso térreo de qualquer função residencial. Ao mesmo tempo acentuava o seu carácter urbano através da vivência

A

R



9. Conjunto STDM no período inicial de ocupação (década de 1980) (Arquivo Rui Leão)



10. Conjunto STDM (foto: Ana Vaz Milheiro, 2014)

pública proporcionada. O anonimato moderno dá lugar a apropriações espaciais mais personalizadas. A rigidez de desenho, explícita nas fachadas do STDM – tal como acontecia nos casos anteriores de Luanda e de Lisboa –, procurava antecipar futuras alterações decorrentes dos usos.

Recorrendo a Louis Kahn e à sua estadia na Pensilvânia junto do mestre americano, e tendo também como referência o pós-modernismo gráfico de Robert Venturi (Figueira, 2015), Manuel Vicente trabalhou a partir de dois elementos verticais na definição exterior do conjunto: superestruturas em betão e faixas vazadas coloridas. As primeiras – opacas e impenetráveis –, equivalem ao bloco de serviços sanitários, assegurando a estabilidade compositiva do conjunto, ao mesmo tempo que conferem uma monumentalidade urbana. Às segundas – mais flexíveis e permeáveis –, correspondem às varandas de cada unidade residencial, e são o local onde irrompem as tradicionais gaiolas que parasitam os edifícios residenciais macaenses. Para acentuar a legibilidade dos blocos e funções, estes são identificados pela utilização de amarelo, magenta ou azul, numa clara alusão ao uso que Le Corbusier fez das cores primárias em várias das suas obras.

A imprevisibilidade da evolução urbana de uma área então em formação acabaria por levar ao desenho forte que o edifício ostenta ainda hoje. Não estando o arquitecto seguro da capacidade do município em promover a criação de espaço público, acabaria por desenvolver dispositivos de uso colectivo no limite físico e legal do lote, casos da arcada ou dos atravessamentos transversais entre ruas. A consciência dos limites da operação urbana da área envolvente ao STDM reforçou a concepção de um conjunto arquitectónico que é simultaneamente programa residencial e dispositivo urbanístico. O edifício propunha, assim, uma certa auto-suficiência formal, independente de quaisquer arranjos públicos, aproximando a sua percepção de um “monumento”, ou pelo menos de uma “referência urbana” na cidade (Ravara in Milheiro, coord., 2015). Esta pesquisa de Manuel Vicente, que potencializava o carácter autónomo do edifício residencial no tecido urbano, acabaria por estender-se à prática de outros arquitectos de Macau, assumindo-se como uma tendência generalizada até 1999.

Considerações Finais

A construção de cada um destes conjuntos habitacionais nos seus contextos específicos correspondeu a momentos singulares da expansão das cidades de Luanda, Lisboa e Macau. O seu potencial patrimonial exprime-se em diferentes padrões. Em Luanda, o carácter homogéneo e muito qualificado da arquitectura dos edifícios acabaria por substituir, com sucesso, a ausência de concretização do plano urbano e equipamentos públicos. O bairro Prenda sobrevive hoje como uma mega estrutura, com carências sanitárias e de infraestruturas decorrentes de uma deficiente manutenção, mas que um projecto

de intervenção poderia rapidamente colmatar. Em Lisboa, a população de classe média que habita a Portela revê-se no seu bairro, retirando da forte imagem urbana e arquitectónica parte da sua identidade social e económica. Em Macau, os estudos são ainda insuficientes, mas o STDM parece preservar o carácter pioneiro inicial e assumir-se como um marco urbano na fronteira com a China continental.

1 → Este artigo resulta de um projecto de investigação mais amplo intitulado “Habitações para o maior número: Lisboa, Luanda, Macau” coordenado por Ana Vaz Milheiro, e o seu principal objectivo é analisar os modelos residenciais que construíram a periferia das cidades de matriz portuguesa a partir da década de 1960, e o seu estado actual numa perspectiva histórica, patrimonial e sociológica.

Referências bibliográficas

- Afonso, J. (2012). *Manuel Vicente: Trama e Emoção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio/Atalho laboratório de arquitectura e urbanismo.
-
- Amaral, I. (1968). *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 53.
-
- Amaral, I. (1978). “Contribuição para o conhecimento do fenómeno urbano em Angola”. *Finisterra*, vol. XIII, 25, 43-76.
-
- Coelho, H. M. (2010). *Portela – um modelo na difusão da periferia: estudo do desenvolvimento da Urbanização da Portela da autoria do arquitecto Fernando Silva*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2288>
-
- Félix, D. (2010). *Apartamentos para a classe média: a habitação colectiva de Fernando Silva*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2293>
-
- Fernandes, R. (2014). *Macau: o jogo e o futuro, a cidade e a casa*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Ferreira, B. A. M. (2010). [in] *Formar a Cidade Contemporânea: a criação de uma imagem / modelo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2292>
-
- Ferreira, B. A. M. (2012). “Optimist suburbia: uma visão para a cidade contemporânea. Leitura crítica sobre a configuração urbano-arquitetónica da periferia norte da cidade de Lisboa” *Estudo Prévio*, 2, 1 – 5. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/12/bruno-ferreira--optimist-suburbia>
-
- Figueira, J. (2015). *A Periferia Perfeita – Pós-modernidade na Arquitectura Portuguesa Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio.
-
- Fiúza, F.; Milheiro, A. V. (2015). *The Prenda District in Luanda: building over the colonial city*, in Silva, Carlos Nunes (ed.), *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Surrey: Ashgate, p.93-100
-
- Gama, H. (2013). *Fernão Lopes Simões de Carvalho – Ser arquitecto, urbanista: urbanista arquitecto*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7120>
- Milheiro, A. V. (coord., 2010). *Manuel Vicente, 15 Edifícios na Rota do Oriente*. Lisboa: ISCTE-IUL, CIAAM.
-
- Milheiro, A. V. (2012). *Nos Trópicos sem Le Corbusier – arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d’Água.
-
- Milheiro, A. V. (coord., 2015). *Luanda, Lisboa, Macau – Optimistic Suburbia? The students’ perspective*. Lisboa: ISCTE-IUL, DINÂMIA’CET, CIAAM.
-
- Prado, R. G.; Martí, P. (2011). *La Modernidad Ignorada – Arquitectura Moderna de Luanda*. Acalà de Henares: Universidad de Alcalà.
-
- Tostões, A. (ed.) (2013). *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Lisboa: ICIST, Instituto Superior Técnico, FCT [PTDC/AUR-AQI/103229/2008].
-
- Venâncio, J. (2013). *O bairro Prenda em Luanda. Entre o formal e o informal*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Disponível em: http://issuu.com/joanavenancio/docs/o_bairro_prenda_em_luanda_joana_ven/1?e=10200709/5999062
-
- Vicente, M. (2012). *Arquitectura falada / o exercício da palavra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio/Atalho laboratório de arquitectura e urbanismo.